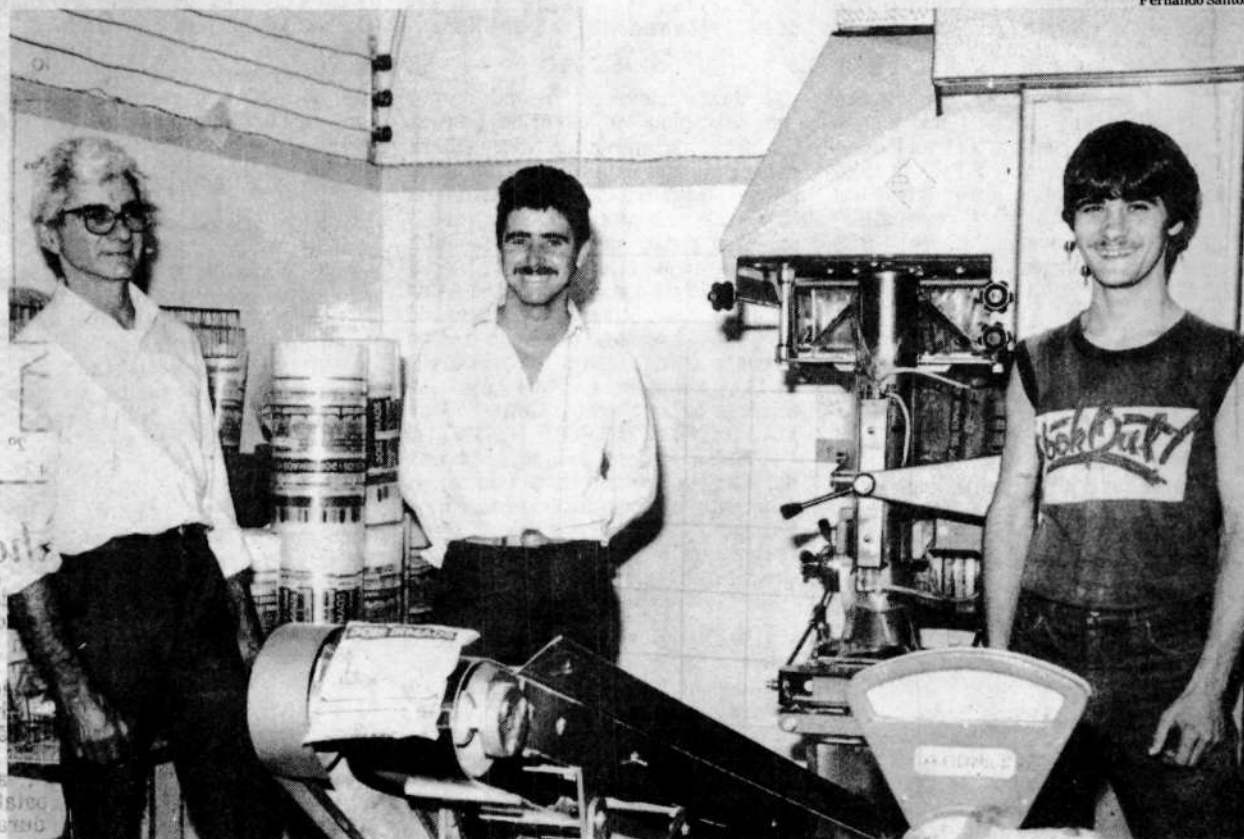


# Adiada votação da emenda sobre anistia

Fernando Santos

Das Sucursais e correspondentes



Waldeci de Souza (à esq.) e os filhos Carlos Alberto e Waldeci Filho na sede da empresa, que também serve de casa

Os líderes partidários no Congresso constituinte decidiram adiar a votação da emenda que concede anistia à correção monetária sobre empréstimos tomados por micros e pequenos empresários durante a vigência do Plano Cruzado. Foi criada uma comissão formada por um representante de cada partido, além dos autores da emenda — deputados Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (sem partido-MG) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE)— para estudar uma proposta que consiga o apoio da maioria dos constituintes.

A comissão reuniu-se ontem à noite. Caso obtenha um acordo, poderá haver votação hoje à tarde. Do contrário, deverá haver novo adiamento. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), está disposto a propor a votação somente no final das Disposições Transitórias, a menos que os negociadores cheguem a um entendimento.

O presidente da Associação das Micros e Pequenas Empresas de Araçatuba (SP), Khalil Toufic Khalil, ficou "revoltado" com o pronunciamento do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega (anteontem à noite pela televisão). Para ele, o ministro "está fazendo o jogo dos banqueiros, pois os prejuízos da anistia não serão arcados pelo governo". Khalil refutou o valor do rombo financeiro estimado pelo governo (Cz\$ 750 bilhões).

Para o assessor do Instituto de Economia Maurílio Biagi, da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (SP), Antonio Vicente Golfeto, o Mailson está no direito de ameaçar com retaliações, da mesma maneira que "o contribuinte de iniciar a desobediência civil", não pagando impostos caso sejam elevados.

Em Belo Horizonte, o presidente da Associação Comercial de Minas, Lúcio de Souza Assumpção, manifestou-se contra uma anistia ampla. Segundo ele, se for aprovada a anistia ampla, dificilmente o governo terá outra saída a não ser as citadas pelo ministro da Fazenda, como criação de empréstimos compulsórios, aumentos de impostos ou emissão de moeda. O empresário afirmou que não é favorável a nenhuma destas medidas.

Em Curitiba (PR), o presidente do grupo Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, defendeu ontem o pronunciamento do ministro da Fazenda. Segundo ele, "temos que deixar de imaginar que o governo é um saco sem fundo".

Em Porto Alegre (RS), o vice-presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Antonio Carlos Bicca Smith, disse que a aprovação da anistia prejudicaria o controle do déficit público e da inflação. Smith afirmou ainda que o Plano Cruzado não foi marcado só pelo desastre econômico. Naquele período, foram criadas cerca de 500 mil novas empresas no país.

## Empresário vende até a casa para pagar dívida

WAGNER KOTSURA  
Da Reportagem Local

cereais, farináceos e temperos, que compra a granel, empacota e revende.

### "Crescer"

Carlos Alberto de Souza, 27 anos, "colégio completo", é o filho mais velho e "braço direito" do pai. Além de Carlos Alberto, trabalham na empresa sua mulher Meire, o irmão Waldeci Filho, as irmãs Sandra e Sônia e a mãe, Aurelina. Dos nove empregados de antes, hoje há só dois — um motorista e um promotor de vendas.

Os problemas começaram exatamente num período que prometia prosperidade: o início do Plano Cruzado, em março de 86. Os negócios iam bem, as vendas aumentavam e as perspectivas eram favoráveis. Com um empréstimo total de cerca de Cz\$ 500 mil (valor da época), quebrado em quatro contratos, compraram uma máquina automática de empacotamento, um computador e um caminhão, que veio se juntar à frota de três kombis que já não davam conta das entregas.

"A idéia era crescer", conta Carlos Alberto. Os juros eram baixos, atraentes. Dois dos contratos foram logo quitados, um de Cz\$ 47 mil e outro de Cz\$ 60 mil. Restaram outros dois, um de Cz\$ 200 mil e outro de Cz\$ 300 mil. Tudo parecia ir bem até que, em março de 87, veio o descongelamento. Subiram, muito, as taxas de juros. Um ano depois do empréstimo, o débito crescia em valores nominais: de Cz\$ 200 mil para Cz\$ 250.620,00 e de Cz\$ 300 mil para Cz\$ 356.857,50. Vencimento: 5 de março e 10 de março, respectivamente. Feitas as contas, não dava mais para continuar rolando. Os títulos foram para o protesto.

A empresa perdeu crédito na praça, não conseguia novos fornecedores, os fregueses tradicionais perguntavam

surpresos: "O que está acontecendo?" Para manter o negócio em funcionamento, Valdeci e a família começaram a se desfazer de seus bens: três motos Honda, um Opala Comodoro, um Chevette, duas (das três) kombis, duas (das três) linhas telefônicas. Venderam o sobrado onde moravam e foram para o galpão da empresa, ainda em construção. Vendiam bens quando faltava dinheiro para pagar as duplicatas.

No dia 29 de junho de 87, os juros e a correção monetária tinham elevado a dívida a Cz\$ 786 mil. Ai ela foi rolada por meio de um novo crédito aberto pela resolução 1.335 do Banco Central, que propiciava algum fôlego aos devedores (seis meses de carência com metade da correção nesse período e 3% de juros ao mês e depois 12 parcelas com correção plena e 0,5% de juros).

Em janeiro, quando ia pagar a primeira das 12 parcelas, Carlos Alberto informou-se de que a dívida chegava então a Cz\$ 1,8 milhão. Pagou quatro prestações. Fizeram as contas e acharam que seria melhor liquidar tudo. Venderam o caminhão. Sexta-feira passada, dia 17, Valdeci entregou Cz\$ 1,1 milhão em dinheiro e Cz\$ 400 mil em cheque. Ele agora aguarda o resgate do título para os próximos dias. Não deve mais nada. Para fazer as entregas, no momento, existe apenas uma kombi 69, insuficiente para as quatro toneladas diárias de carga. Mas Valdeci, sua mulher e seus filhos transmitem esperança, energia. Honestidade.

### Conselho

Antônio Carlos Bonetti, secretário-executivo do Ceag (Centro de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado de São Paulo), diz que tem aconselhado empresários em débito a vender bens para pagar dívidas, mas desde que sejam totalmente quitadas.

Na periferia da zona norte de São Paulo o ministro Jorge Vargas, do Tribunal de Contas da União, pode encontrar uma resposta à sua preocupação quanto à "volta da honestidade" ao país, conforme a Folha registrou ontem na primeira página. Um pequeno empresário daquela região, Valdeci Abílio de Souza, não esperou por qualquer favor especial da Constituinte e, na sexta-feira passada, pagou de uma vez o Cz\$ 1,5 milhão que ainda devia por conta de um empréstimo feito nos tempos de euforia do Plano Cruzado. Para chegar a isso, vendeu casa, carros, peruas, caminhão e telefones.

"Estou sem essas coisas, mas vergonha eu tenho." É assim que Valdeci, paraibano de Itaporanga, 50 anos, casado há 30, pai de quatro filhos, ex-ajustador mecânico na Bardella, expressa seu orgulho por algo que, no Brasil atual, pode parecer ingenuidade: pagou suas dívidas, às custas de inúmeros sacrifícios pessoais e familiares, num momento em que poderia aguardar o resultado das negociações que, em Brasília, decidem a sorte de milhares de devedores como ele.

A empresa —Produtos Seleccionados Alimentícios Dois Irmãos Ltda.— localiza-se numa rua secundária (Alvaro dos Santos) do Parque Edu Chaves, quase divisa com Guarulhos. Funciona na parte de baixo de um sobrado comprido. Em cima a família mora. O negócio começou em 76 quando Valdeci, em São Paulo desde 55, resolveu se juntar a um de seus irmãos e trabalhar com distribuição de alho. Hoje, já sem o irmão, além de alho, opera com